

EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE: DISCURSO OU COMPROMISSO?



“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

(Paulo Freire)

As professoras e professores das escolas públicas realizarão assembleia no próximo dia 13 de abril. Esperamos que até lá o GDF faça uma proposta salarial que atenda a nossa expectativa de valorização.

Sabemos como uma paralisação é prejudicial a todos, tanto que buscamos ao máximo o diálogo e a negociação. Para se ter uma ideia, as nossas reivindicações foram entregues ao atual governo antes mesmo de ele tomar posse. Desde o início do ano buscamos uma resposta, mas o GDF fez

uma proposta apenas no dia 25 de março e que nem de longe atende ao principal eixo da nossa campanha salarial: a isonomia com outras carreiras de nível superior da estrutura administrativa do governo local.

Neste informativo, dirigido a toda a população do Distrito Federal, vamos explicar os motivos do nosso movimento. Contamos com o apoio da sociedade a essa luta, que não é apenas nossa, mas de todas e todos que acreditam na educação pública como direito do cidadão e dever do Estado.

ISONOMIA SALARIAL, O QUE É ISSO?

O nosso plano de carreira, que é a lei que regula a nossa profissão, foi aprovado em 2007 e passou a valer no ano de 2008. Desde essa época lutamos por reajustes que, aos poucos, nos levem à isonomia salarial com outras carreiras de nível superior dentro do GDF. Isso não pode ser considerado privilégio, temos o direito de ter o mesmo nível salarial de categorias que têm a mesma formação que a gente.

No DF a grande maioria dos educadores tem curso superior, e muitas vezes mestrado e doutorado. Ou seja, estudaram muito para dar uma aula de qualidade, mas o GDF paga a eles os menores salários. O que reivindicamos é uma política de aumento que corrija essa injustiça.

COMO CONQUISTAR UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

Professores valorizados, com cursos de formação profissional, com salários compatíveis com a responsabilidade de educar, escolas em horário integral, bem equipadas com laboratórios, quadras de esporte, enfim, com estrutura física adequada. Não há mágica: assim fizeram países, estados e cidades que deram salto educacional nas últimas décadas.



É POR ISSO QUE LUTAMOS E QUEREMOS O SEU APOIO.

MAIS QUE UM COMPROMISSO, UM DIREITO!

Para conquistar a isonomia ano a ano, tomamos como base o reajuste do Fundo Constitucional, que é de onde vem o dinheiro do governo federal para as áreas de Educação, Saúde e Segurança. Como o governo federal reajustou o Fundo em 13,83%, esse é o valor que reivindicamos.

No dia 14 de outubro do ano passado, em carta que reproduzimos abaixo, o governador Agnelo concorda e apoia as nossas reivindicações. Esperamos agora que ele honre o compromisso assumido, porque todos nós estamos muito cansados de promessas não cumpridas.



SE PROMETEU, TEM QUE CUMPRIR

A carta ao lado foi enviada pelo governador aos professores do DF no dia 14 de outubro. Como você pode ver, ele se comprometeu a pagar o mesmo percentual do reajuste do Fundo Constitucional, entre outras propostas.

Mas agora, no dia 25 de março, fez uma proposta de reajuste salarial de apenas 5%. Não aceitamos esse recuo e vamos continuar a lutar por um reajuste que nos valorize como profissionais.

Compromisso de Agnelo com Professoras, Professores, Orientadoras e Orientadores Educacionais

Minha amiga, meu amigo:

Uma educação de qualidade é o primeiro passo para Brasília garantir desenvolvimento com qualidade de vida. É inadmissível que professoras, professores, orientadoras e orientadores educacionais tenham condições de trabalho precárias, sem materiais pedagógicos, com baixos salários, salas superlotadas e direitos desrespeitados.

Chegou a hora de mudar a educação no DF. Sei que posso contar com você para recuperarmos a rede de ensino, implantarmos creches e escolas técnicas profissionalizantes em todas as cidades, instituímos o ensino integral e criarmos a Universidade Distrital. Por isso, assumo também os seguintes compromissos:

- Garantir a revisão anual da remuneração dos docentes tendo como parâmetro o índice de correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal, buscando que o magistério tenha remuneração equiparada às carreiras de nível superior da Administração Pública local
- Equiparar o Auxílio-Alimentação com o valor pago na área federal (de R\$ 199 para R\$ 304), sem a contrapartida, e dobrar o valor do Auxílio-Creche: de R\$ 95 para R\$ 190
- Implantar o plano de saúde dos servidores e tornar realidade o programa habitacional da categoria
- Garantir o pagamento das pendências financeiras, encaminhar projeto à Câmara Legislativa estabelecendo um cronograma de pagamento para os precatórios, renegociar as dívidas das educadoras e educadores com o BRB

- Promover cursos de capacitação e o acesso da categoria à pós-graduação, mestrado e doutorado
- Garantir a participação de professores(as) e orientadores(as) educacionais na discussão e elaboração dos projetos pedagógicos da rede
- Reconhecer a legalidade e a legitimidade do plano de carreira do magistério, garantindo nele a carreira única
- Instituir uma Mesa Permanente de Negociação, com a participação de representantes do sindicato
- Nomear os concursados e realizar novos concursos públicos dentro do número de vagas, enquanto isso garantir o pagamento do piso salarial da carreira para os profissionais contratados temporariamente
- Instituir a gestão democrática no ensino público e reduzir o número de alunos em sala de aula
- Garantir a isonomia de tratamento entre ativos e aposentados e o gozo da Licença-prêmio para toda a categoria

É assim, com propostas sérias e viáveis, e não com promessas impossíveis de serem cumpridas, que vamos melhorar as condições de vida de educadoras e educadores.

Estes são os meus compromissos.

Em 31 de outubro, conto com o seu voto.

Agnelo Queiroz
Agnelo Queiroz

SEM PROPOSTA, A GREVE É ÚNICA SAÍDA

A greve é um direito legítimo dos trabalhadores, um recurso a ser usado quando se esgotam todas as possibilidades de negociação e diálogo. Nos últimos anos fizemos greve em 2005 e em 2009, ou seja, não utilizamos a greve de forma leviana, só quando o governo fecha as portas da negociação é que recorremos a esse legítimo direito.

Qualquer responsabilidade por uma possível greve será do governo.

É preciso lembrar que os professores são tão comprometidos com os seus alunos que é a única categoria que repõe os dias parados por causa de uma greve, garantindo aos alunos todo o conteúdo previsto para o ano. E nunca se recusaram a fazê-lo.

SINPRO Cidadão

Publicação destinada à comunidade.
Secretaria de Imprensa do
Sindicato dos Professores no DF
Tiragem: 500.000 exemplares
www.sinprodf.org.br